

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Diego Hugo Dantas Cavalcante

**ANÁLISE DO PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS: um
estudo com servidores técnico-administrativos da UFRN**

Natal
2017

Diego Hugo Dantas Cavalcante

**ANÁLISE DO PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS: um
estudo com servidores técnico-administrativos da UFRN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador: Prof. Dra. Adriana Isabel Backes Steppan.

Natal
2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Cavalcante, Diego Hugo Dantas.

Análise do perfil de endividamento de servidores públicos: um estudo com servidores técnico-administrativos da UFRN/ Diego Hugo Dantas Cavalcante. - Natal, 2017.

56f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Adriana Isabel Backes Steppan.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Contábeis.

Diego Hugo Dantas Cavalcante

ANÁLISE DO PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS: um estudo com servidores técnico-administrativo da UFRN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador: Prof. Dra. Adriana Isabel Backes Steppan.

Prof. Dra. Adriana Isabel Backes Steppan – UFRN (Orientador)

Prof. Msc. Mayara Bezerra Barbosa – UFRN (Banca Examinadora)

Prof. Especialista João Victor Joaquim dos Santos – UFRN (Banca Examinadora)

Natal, 22 de novembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo discernimento que me concebeu e por ter me guiado durante toda a minha vida acadêmica e profissional.

À minha família, em especial a minha mãe e a minha futura esposa, por terem aguentado toda a minha indecisão profissional no decorrer dos últimos dez anos.

Aos meus amigos e amigas do curso de Ciências Contábeis por todos os dias compartilhados, esperanças, otimismo e companheirismo vividos nestes últimos anos do percurso da graduação.

À Professora Dr. Adriana Isabel Backes Steppan, pela paciência e compreensão durante toda a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi de identificar o grau de endividamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Buscou-se identificar o perfil socioeconômico destes servidores, relacionar o grau de endividamento com a renda e nível de escolaridade, bem como verificar quais produtos financeiros os servidores sobreendividados mais utilizam. Foi realizada uma pesquisa *survey* visando obter dados pessoais e características financeiras do público pesquisado. Após a coleta de dados, foi utilizado o *Microsoft Excel 2013* para geração de informação sobre a frequências das respostas. Como resultado, foi constatado que mais da metade dos técnico-administrativos (51,4%) encontram-se sobreendividados e 28% da amostra estão com risco de sobreendividamento, isto é, endividados. Com relação à renda familiar e ao nível de escolaridade, foi verificado que quanto maior a renda e o grau de instrução, mais endividados estão os servidores. Dos sobreendividados, os principais produtos financeiros utilizados são cartão de crédito, financiamentos de imóvel e automóvel e empréstimo consignado. As principais categorias de consumo escolhidas que demandam um maior volume de recursos foram alimentação, moradia e saúde. Isso pode indicar que um dos motivos do sobreendividamento sejam as necessidades básicas e a aquisição de bens imóveis e automóveis.

Palavras-chave: Servidor público. Grau de endividamento. Finanças Pessoais.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the degree of indebtedness of the technical-administrative servants in education of the Federal University of Rio Grande do Norte. It was sought to identify the socioeconomic profile of the servers, to relate the degree of indebtedness with the income and level of schooling, as well as to verify which financial products the over-indebted servers use most. A survey was conducted aiming at obtaining personal data and financial characteristics of the researched public. After data collection, we used Microsoft Excel 2013 to generate information about the frequency of responses. As a result, it was that more than half of the administrative staff (51.4%) are over-indebted and 28% of the sample are at risk of over-indebtedness, that is, indebtedness. With regard to family income and educational level, it was verified that the higher the income and the educational level, the more indebted the servants are. Of the over-indebted, the main financial products used are credit card, residential property and vehicle financing and payroll loan. The main consumption categories chosen that demand a greater volume of resources were food, housing and health. This may indicate that one of the reasons for over-indebtedness is the basic needs and the acquisition of residential property and vehicles.

Keywords: Civil Servant. Personal Finances. Degree of Indebtedness.

LISTA DE TABELA

TABELA 1- Indicadores de endividamento.....	28
TABELA 2 - Quantitativo dos técnico-administrativos ativos por classe 2017.....	29
TABELA 3 - Frequência da utilização de produtos financeiros.....	41
TABELA 3 - Distribuição dos servidores por nível de endividamento.....	42
TABELA 4 - Distribuição dos indicadores de endividamento por nível de escolaridade.....	43
TABELA 5 - Distribuição do indicador de endividamento por renda bruta familiar	44
TABELA 6 - Frequência do uso de produtos financeiros dos servidores sobreendividados	45

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Gênero dos respondentes	31
GRÁFICO 2 - Faixa etária dos respondentes.....	32
GRÁFICO 3 - Estado civil dos respondentes	32
GRÁFICO 4 - Quantidade de filhos dos servidores.....	33
GRÁFICO 5 - Nível de escolaridade dos servidores	33
GRÁFICO 6 - Tempo de serviço como técnico-administrativo na UFRN	34
GRÁFICO 7 - Renda bruta familiar dos servidores	35
GRÁFICO 8 -Comprometimento da renda bruta familiar com serviços financeiros como empréstimos e financiamentos	36
GRÁFICO 9 - % da renda bruta é utilizada para atendimento de todas as necessidades	37
GRÁFICO 10 - Categorias de consumo dos técnico-administrativos da UFRN	38
GRÁFICO 11 - Frequência com que os gastos mensais excedem a renda mensal..	38
GRÁFICO 12 - Categorias que fazem com que os servidores excedam sua renda mensal.....	39
GRÁFICO 13 - Parcelamento de dívidas dos servidores	40
GRÁFICO 14 - Prazos das obrigações	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização do problema e justificativa	17
1.2 Objetivos	18
1.2.1 <i>Geral</i>	18
1.2.2 <i>Específicos</i>	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o servidor público federal	21
2.2 Finanças pessoais e educação financeira	22
2.3 Endividamento.....	23
2.4 Crédito e consumo	23
2.5 Pesquisas anteriores	24
3 METODOLOGIA	27
3.1 Enquadramento metodológico.....	27
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
4.1 Aspectos pessoais dos respondentes	31
4.2 Aspectos financeiros dos respondentes	35
4.3 Determinação dos principais produtos financeiros utilizados	41
4.4 Grau de endividamento.....	42
4.5 Relações do grau de endividamento com aspectos pessoais e financeiros	43
4.5.1 <i>Grau de escolaridade</i>	43
4.5.2 <i>Renda bruta familiar</i>	44
4.5.3 <i>Sobreendividados e a utilização dos produtos financeiros</i>	45
5 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A – Roteiro para coleta de dados	53

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do problema e justificativa

Até meados dos anos 90, época na qual o Brasil passou por uma forte crise econômica manifestada, dentre outros motivos, pela hiperinflação, a população brasileira não tinha como poupar e nem planejar a forma de consumir o seu salário, porque era obrigada a gastar tudo sob o risco de uma elevada perda do poder de aquisitivo do dinheiro em poucos dias. Contudo, devido à estabilidade econômica e monetária promovida a partir da oficial implementação do Plano Real, em 1º de julho de 1994, os brasileiros puderam experimentar uma nova forma de administrar seus rendimentos: com planejamento e sem medo de perder o poder de compra da moeda. Corroboram com essa ideia Souza (2015) e Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015).

Essa estabilidade econômica, além de favorecer a implantação e o fortalecimento de diversas modalidades de créditos e financiamentos – cartão de crédito, crediário, financiamentos de automóveis e imobiliário, empréstimos consignados¹-, permitiu também que os brasileiros pudessem aumentar o nível de consumo e elevar a qualidade de vida. Entretanto, de acordo com Lizote, Simas, Lanas (2012), mesmo com a estabilização da inflação, a população brasileira se endividou devido à ausência de um planejamento das finanças pessoais. Logo, o mau uso dos créditos e a elevação de consumo sem o planejamento adequado poderá resultar um endividamento elevado e em inadimplência, os quais podem ser fatores comprometedores da qualidade de vida, da motivação e do bem-estar de uma pessoa e sua família.

Nesse sentido, o endividamento da família brasileira tem fundamental relevância para estudos acadêmicos, uma vez que de acordo com as análises apresentadas em janeiro de 2017 pela Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo (CNC), 55,6% das famílias brasileiras estão endividadas, e o cartão de crédito é o principal tipo de dívida,

¹ Regulamentado pela Medida Provisória nº 130 de 17 de setembro de 2003 e convertido na Lei nº. 10.820 de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para o desconto de prestações em folha de pagamento e dá outras providências.

representada por 77,3% do total. Os outros tipos de dívidas mais representativas são os carnês (14,1%) e o financiamento de carro (10,1%). Uma pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba, publicada em 2015 pela Revista Brasileira de Gestão e Engenharia Número XII, demonstrou que em 2013 as principais dívidas decorrem também do cartão de crédito, seguido do carnê e do financiamento de automóvel. Pode-se inferir, portanto, que o cartão de crédito é um dos produtos financeiros que mais pesam no orçamento familiar. Nesse sentido, de acordo com Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) estas pesquisas mostram a tendência de uso de financiamentos, que podem levar ao endividamento, e reafirmam a importância de um planejamento financeiro, para fazer bom uso do dinheiro e não entrar em desequilíbrio financeiro.

Em se tratando do aumento da oferta de créditos, pode-se destacar o empréstimo consignado em folha de pagamento dos servidores públicos federais. As principais características dessa modalidade de crédito são a disponibilidade em curtíssimo tempo de dinheiro em conta de corrente para que o servidor possa usá-lo da melhor forma possível, juros muito abaixo do mercado e o desconto na folha de pagamento em até 35% do salário bruto mensal – 30% para qualquer despesa e 5% para saque ou amortização de dívidas em cartões de crédito² – em até 96 parcelas com pagamentos mensais. Diante disso, depreende-se, pois, que a facilidade para obtenção de empréstimo consignado, aliado com outras modalidades de crédito, pode ter levado essa categoria de trabalhador a um considerável nível de endividamento capaz comprometer sua produtividade, sua motivação e seu bem-estar.

Diante do exposto, tem-se, então, a seguinte problema de pesquisa: **Qual o grau de endividamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Identificar o nível de endividamento ao qual os servidores técnico-

² Conforme alteração do §1º do Art. 1º da Lei nº. 10.820/03 promovida pela Lei nº. 13.172/15.

administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte se submetem.

1.2.2 Específicos

Para que o objetivo geral deste trabalho de pesquisa fosse alcançado, traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar os aspectos do perfil dessa categoria de servidores (idade, gênero, escolaridade, renda bruta familiar, dentro outros)
- b) Determinar os principais produtos financeiros utilizados pelos servidores e a frequência de uso.
- c) Estabelecer relações da escolaridade e da renda bruta com o grau do endividamento.
- d) Identificar os principais produtos financeiros utilizados pelos sobreendividados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o servidor público federal

De acordo com seu estatuto, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi criada pela Lei Estadual no 2.307, de 25 de junho de 1958, federalizada pela Lei no 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com plano de reestruturação aprovado pelo Decreto no 62.091, de 09 de janeiro de 1968, modificado pelo Decreto no 74.211, de 24 de junho de 1974, é uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Por se tratar de uma Autarquia, o seu quadro de funcionários é composto majoritariamente por servidores públicos federais submetidos aos ditames de Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Nesse interim, em consonância com o *caput* do Artigo 2º da Lei 8.112/90, “servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público”. Já no *caput* do seu Artigo 3º define que “cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor” e ainda prevê no seu Artigo 21, após a promulgação da Emenda Constitucional nº19, que o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

A Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005 dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, objeto do estudo desta pesquisa. No *caput* da referida lei diz que este cargo é organizado em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E) e os incisos I, II e III do Artigo 8º define as atribuições gerais dos técnico-administrativos conforme a seguir:

Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio

técnico-administrativo ao ensino;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino. (BRASIL, 2005)

2.2 Finanças pessoais e educação financeira

Se por um lado Ferreira (2006) define finanças pessoais como a arte e a ciência de gerenciamento de dinheiro, por outro, Rodrigues (2013) descreve como uma área de finanças que estuda e utiliza conceitos financeiros empresariais nas decisões de uma pessoa ou de uma família.

Para Ferreira (2006), as finanças pessoais consistem em três processos de administração: o planejamento, a organização dos hábitos de consumo e investimento e o controle dos resultados em consonância com o planejamento. A partir desses conceitos, pode-se inferir, portanto, que onde há rendimentos (renda, receita, proventos, dentre outros) se faz necessário métodos de organização, planejamento e controle das despesas para que os recursos durem e sejam aproveitados da melhor forma possível. Isto é: consumir os recursos de forma coerente à realidade do indivíduo é uma forma de tentar garantir uma boa qualidade de vida sem acarretar em altas dívidas (RODRIGUES, 2013, p. 16).

Nesse sentido, combinada com as finanças pessoais existe o estudo da educação financeira. De acordo com os ditames do Banco Central do Brasil, a educação financeira pode ser descrita como um meio de prover conhecimentos e informações sobre finanças capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de um indivíduo ou de uma comunidade. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Segundo Alves (2016), o indivíduo que lida com o dinheiro de maneira mais equilibrada sofre menos com o estresse financeiro, vive melhor e é mais produtivo no trabalho. Além disso, prossegue,

A educação financeira assume um papel relevante na sociedade, já que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias e estas decisões podem ser comprometidas pela falta de conhecimento sobre o assunto por parte da população. (ALVES, 2016, p.45-

46).

Diante disso, pode-se afirmar que pessoas que não têm conhecimento financeiro tendem a errar em tomadas de decisões, ter falta de planejamento financeiro familiar, utilizar mal as oportunidades de crédito e se endividar.

2.3 Endividamento

Ao contrário do que pensa o senso comum, ter contas atrasadas é diferente de estar endividado. Enquanto a primeira relaciona-se com a inadimplência do indivíduo, a segunda é aquela pessoa que assume ou contrai dívidas, seja em cartão de crédito, ou carnês, ou financiamentos. Isto é: ter contas a pagar.

Nesse sentido, o Observatório de Endividamento dos Consumidores (OEC, 2002), da Faculdade de Economia de Coimbra, define endividamento como o saldo devedor resultante de uma ou mais dívidas geradas a partir do uso do capital de terceiros. No caso da utilização de mais de uma fonte, tem-se o multiendividamento. Na visão de Marques e Frade (2004), o endividamento é o saldo devedor de um agregado, ou seja, a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo. Ao se apossar desses recursos, se estabelece um compromisso em devolver, com a data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária. Nessa linha de pensamento, Vieira et al. (2014) diz que os indivíduos que se deparam com essas circunstâncias podem comprometer uma parcela significativa da sua renda apresentando gastos superiores a suas condições. Ainda atinente ao aspecto do endividamento, pode-se destacar o sobreendividamento. Para o mesmo autor, o indivíduo sobreendividado é aquele incapaz de pagar as suas dívidas com a renda que recebe.

Ademais, Marques e Frade (2004) define que um indivíduo está sobreendividado quando está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas. Por fim, denomina-se inadimplência como dívidas tenham que estejam em atraso, ou seja, ultrapassado o vencimento. Além disso, um indivíduo inadimplente poderá ter que realizar mais de um financiamento e chegar a uma situação de múltiplo endividamento (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

2.4 Crédito e consumo

Para Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015), um dos principais meios para que pessoas possam ter acesso a vários tipos de bens e serviços é o crédito. Importante impulsionador para a economia, o crédito é capaz de estimular o consumo e a demanda além de auxiliar pessoas a obterem residência própria e outros bens como automóveis e tecnologias de ponta, e pode ainda melhorar a qualidade de vida e proporcionar conforto.

Nas últimas décadas, o consumidor brasileiro tem se deparado com diversas modalidades de crédito, tais como o cartão de crédito, cheque especial, empréstimos pessoais, financiamento imobiliário, financiamento de automóveis, carnês de lojas, etc. Além desses, ainda é possível antecipar o 13º salário e a restituição do Imposto de Renda.

Nesse sentido, Frade (2007) diz que não há como ignorar a percepção que os indivíduos têm do crédito, dos seus riscos e benefícios. Para Kotler (2006), a postura de consumidor dos indivíduos diante de tantas possibilidades, pode ser influenciada por fatores sociais e pessoais, como referência, família, profissão, status, além de idade, estilo de vida, quantidade de dependentes, dentre outros.

Nesse cenário, a facilidade do acesso ao crédito é um dos aspectos que diferencia o servidor público dos trabalhadores de outras instituições (FLORES, 2014). Para a mesma autora, o acesso facilitado ao crédito, ainda que mais barato, decorre do fenômeno de que emprego público é sinal de renda garantida, implicando, portanto, em um menor risco às instituições financeiras.

Contudo, o seu uso indiscriminado pode causar desequilíbrio financeiro, promovendo um alto endividamento das pessoas (FRADE, 2007).

Diante, portanto, das inúmeras alternativas de acesso facilitado ao crédito, os servidores públicos podem ser induzidos ao endividamento. Dessa forma, é necessário investigar aspectos relacionados aos seus hábitos de consumo e grau de endividamento; quais principais fatores que os levam a buscar produtos financeiros; e o tempo de comprometimento de sua renda com dívidas.

2.5 Pesquisas anteriores

Divulgada mensalmente, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens,

Serviços e Turismo (CNC), divulgou que o percentual de famílias endividadas alcançou 58,4% em setembro de 2017. Isso representa uma alta de 0,4 percentual na comparação com agosto de 2017; com relação a setembro de 2016, o indicador somou 0,2 ponto.

Embora a taxa de endividamento seja considerada média para a CNC, fato relevante se dá na proporção de famílias que declararam não ter condições para quitar seus débitos em atraso, em outras palavras, inadimplentes: 10,3%, sendo o maior índice já registrado da série histórica desde janeiro de 2010, ante 10,1% em agosto de 2017 e 9,6% em setembro de 2016, de acordo com a mesma fonte.

Nota-se, então, que o nível de endividamento das famílias é um fator relevante e vem aumentando a cada período. Porém, conforme pesquisas realizadas, os motivos do alto índice de endividamento podem ocorrer por diversas variáveis como a situação socioeconômica (SOUZA, 2015), pela disseminação de créditos e financiamentos (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009), por fatores materialistas (VIEIRA et al. 2014), dentre outros.

Nesse aspecto, uma pesquisa com servidores públicos, sem estabelecer a qual órgãos eles pertenciam, realizada por Claudino, Nunes e Silva (2009), a partir de um trabalho realizado por Brusky e Magalhães (2007), com cruzamento de dados entre a dívida e a renda e se os gastos excedem ou não o valor da renda mensal, foi verificado que 74,3% da amostra apresentou um bom nível de endividamento, dentre os quais 23,3% não possuem dívidas e 51% estariam pouco endividados, ou seja, seriam capazes de lidar com suas obrigações e até mesmo solvê-las. Todavia, o estudo também apontou que 25,7% da amostra encontravam-se em risco de sobreendividamento e sobreendividados. Os principais motivos dessa situação foram gastos com saúde (16,9%), empréstimos (12,6%) e aquisição de alimentação (10,6%).

Em um outro estudo sobre uma análise de risco de endividamento e sobreendividamento com servidores públicos estaduais ativos e aposentados do Poder Executivo do Estado do Ceará, Almeida (2012) encontrou uma presença de endividamento e sobreendividamento em servidores tanto do grupo com maiores remunerações como em cargos que exigem alto grau de instrução para o ingresso. Verificou-se, também, uma tendência ao endividamento pelos servidores mais antigos devido ao conjunto de gastos fixos e despesas com filhos.

Por fim, Souza (2015), em sua pesquisa de mestrado com foco no

endividamento dos servidores da UnB, constatou, entre 2013 e 2014, um aumento da remuneração em 16,6% ante um crescimento na contratação de empréstimos consignados em 11,6%. Nesse trabalho, as correlações entre a obtenção de empréstimos com a escolaridade e a renda foram negativas, denotando que essas variáveis são fatores relevantes para a análise econômica do endividado do setor público e, portanto, para realizações de pesquisas acadêmicas.

3 METODOLOGIA

3.1 Enquadramento metodológico

A fim de alcançar os objetivos escolhidos, foi realizada uma pesquisa de campo. O instrumento utilizado para coleta dos dados foi um questionário estruturado. A estratégia adotada para o levantamento de dados foi a pesquisa *survey* de cunho quantitativo.

O propósito desta pesquisa classifica-se como descritivo, pois, em consonância com o estudo de Pinsonneault e Kraemer (1993), a análise descritiva auxilia na busca identificação dos fatores que são determinantes para identificar o nível de endividamento da população estudada.

Quanto ao momento ou pontos no tempo, a coleta de dados foi de corte-transversal, ou seja, ocorreu em um só momento, pretendendo descrever e analisar o estado de uma ou várias variáveis em dado momento (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2010).

Nesse sentido, o período de aplicação do questionário se estendeu durante todo o mês de outubro de 2017. Foi elaborado no sítio “Google Documentos” utilizando a ferramenta “Google Formulários”. O *link* do questionário foi disponibilizado pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), sistema ao qual todos os servidores da UFRN têm acesso e utilizam. Além disso, a Diretoria da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) também disponibilizou no Sistema de Bibliotecas da UFRN (SISBI).

O questionário aplicado foi estruturado em duas partes: a primeira buscou identificar aspectos do perfil da população investigada, através de dados pessoais como gênero, idade, estado civil, quantidade de filhos, nível de escolaridade e tempo de serviço público como técnico-administrativo na universidade; na segunda parte investigou-se aspectos financeiros da população escolhida. As perguntas dessa parte eram sobre a renda bruta familiar, grau de comprometimento com produtos financeiros, quantos por cento da renda é gasto para atender todas as necessidades, quais categorias demandam maior volume de recursos, com qual frequência os gastos excedem a renda, qual o prazo médio de parcelamento de dívidas, a frequência do uso de produtos financeiros, dentre outros.

Para determinar as frequências foi utilizada a escala *Likert*, que no questionário era composta por três pontos – 1, 2 e 3 – das quais a frequência 1 é nunca, a 2, às vezes e a 3, sempre. Com as somas das variáveis será possível determinar o nível de endividamento a partir do replique de critérios utilizado por Claudino, Nunes e Silva (2009), conforme **tabela 1** abaixo:

Tabela 1- Indicadores de endividamento

Categorias	Condições	
	Relação dívidas/renda	Gastos mensais excedem a renda
Sem dívidas	Sem dívidas	Nunca
Pouco endividado	Sem dívidas	Às vezes e sempre
	> 0% a ≤ 25%	Nunca, às vezes e sempre
Com risco de sobreendividamento (endividamento)	> 25% a ≤ 50%	Nunca
	> 50% a ≤ 75%	Às vezes e sempre
Sobreendividamento	> 50%	Nunca e às vezes
	> 75%	Sempre
		Nunca, às vezes e sempre

Fonte: Claudino, Nunes e Silva (2009)

Utilizando a tabela acima, será possível determinar o nível de endividamento dos técnico-administrativos. Assim, será considerado sem dívidas os respondentes que não tiver dívida em relação à renda e que os gastos mensais nunca excedem a renda. Por outro lado, será considerado pouco endividado o servidor que se encontrar em três situações: a primeira é sem dívidas, mas que às vezes ou sempre seus gastos mensais excedem a renda; a segunda, caso as dívidas estejam entre 0% e 25% e que os gastos mensais sejam excedidos sempre, às vezes ou nunca; a terceira situação será a qual os gastos mensais estão entre 25% a 50% e que nunca excedam a renda.

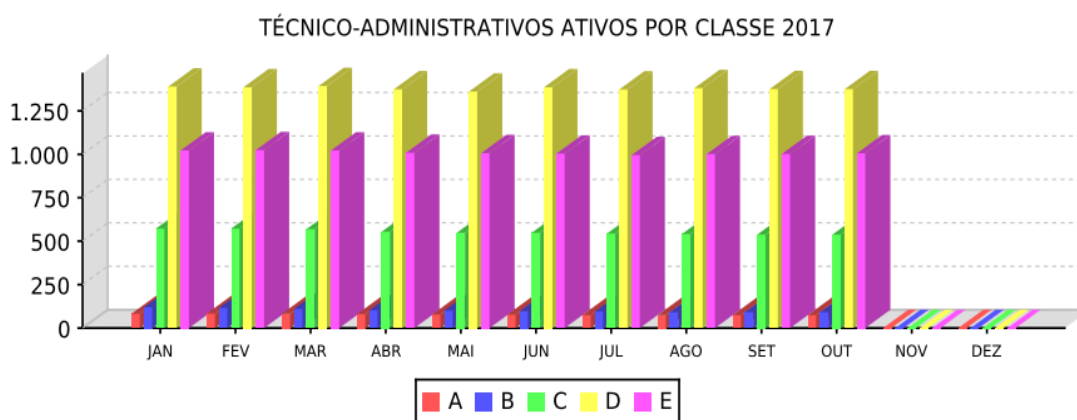
Para determinar se estão com risco de sobreendividamento (ou endividados) há duas relações: a primeira é gastar entre 25% e 50% da renda com frequência de gastos que excedem a renda como às vezes e sempre; a segunda é utilizar entre 50% e 75% da renda mesmo que nunca ou às vezes os seus gastos mensais ultrapassem a renda. Por fim, a determinação do sobreendividamento será estabelecida nas seguintes situações: a primeira é a relação dívida/renda ser mais de 50% e os gastos mensais sempre ultrapassem a renda; e a última, caso as dívidas estejam acima de 75% mesmo que os gastos mensais nunca, às vezes ou sempre excedam a renda.

Referente à unidade de análise a qual pode ser um indivíduo, nesse caso

coincidindo com o respondente, ou um grupo de pessoas (PINSONNEAULT; KRAEMER, 1993), para esta pesquisa foram escolhidos os servidores públicos federais ativos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) lotados no cargo técnico-administrativo sem distinção das classes (A, B, C, D ou E) – grupo de pessoas. Neste caso, de acordo com dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), a população de técnico-administrativos em outubro de 2017 é composta de 3.085 servidores conforme a **tabela 2** abaixo extraída do SIGRH.

Tabela 2 - Quantitativo dos técnico-administrativos ativos por classe 2017

Classe	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
A	83	83	82	80	78	77	75	74	75	75	0	0
B	119	116	110	102	101	97	95	91	92	91	0	0
C	573	573	569	554	548	549	544	542	538	538	0	0
D	1390	1386	1393	1374	1361	1386	1373	1381	1375	1375	0	0
E	1022	1024	1022	1009	1007	1004	995	1001	1002	1006	0	0
TOTAL	3187	3182	3176	3119	3095	3113	3082	3089	3082	3085	0	0



Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (2017).

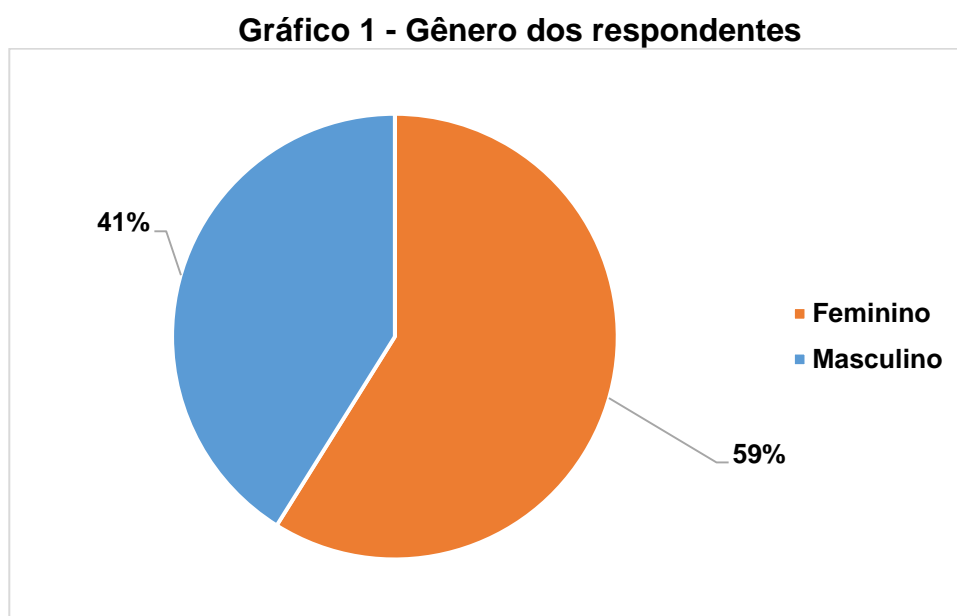
A amostra do estudo é não probabilística por conveniência, pois foi obtida a partir do critério de ser técnico-administrativo da UFRN e os participantes foram escolhidos por estarem disponíveis (HENRY apud BICKMAN; ROG, 1997). Para esta pesquisa, foram obtidos 107 questionários respondidos válidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Aspectos pessoais dos respondentes

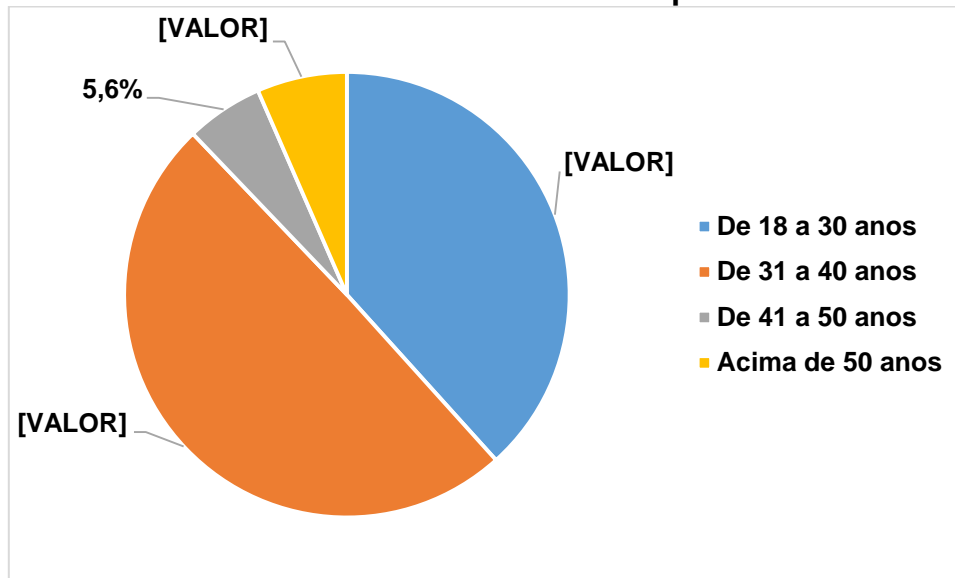
A população do estudo é formada pelos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, totalizando 3.086 servidores. A amostra obtida foi de 107 questionários válidos, que correspondem a 3,46% da população. Nessa seção serão demonstrados os aspectos pessoais da amostra.

Em relação ao gênero, observou-se que 59% da amostra é do sexo feminino e 41%, masculino, conforme observado no gráfico 1.



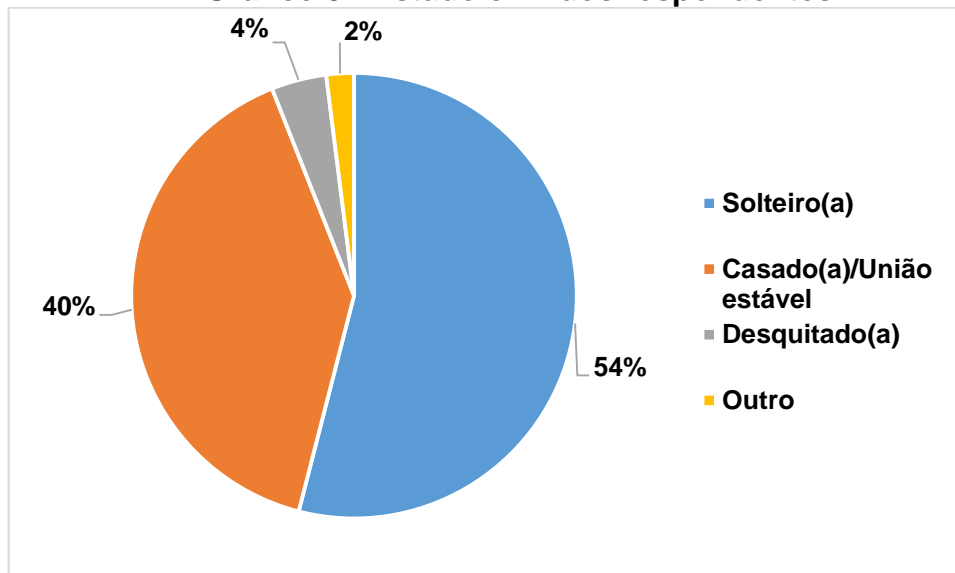
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à idade, 49,5% tem entre 31 a 40 anos, seguido de 38,3% para a faixa etária de 18 a 30 anos. Servidores com idades entre 41 a 50 anos e acima de 50 anos correspondem, respectivamente a 5,6% e 6,5%, conforme tabela 2 que segue:

Gráfico 2 - Faixa etária dos respondentes

Fonte: elaborado pelo autor.

Relativamente ao estado civil, a amostra apresentou que 54% dos servidores são solteiros, seguido de 40% para casados ou com união estável, 4% desquitados, 2% para alternativa “outros” e nenhuma resposta para viúvos (figura 3).

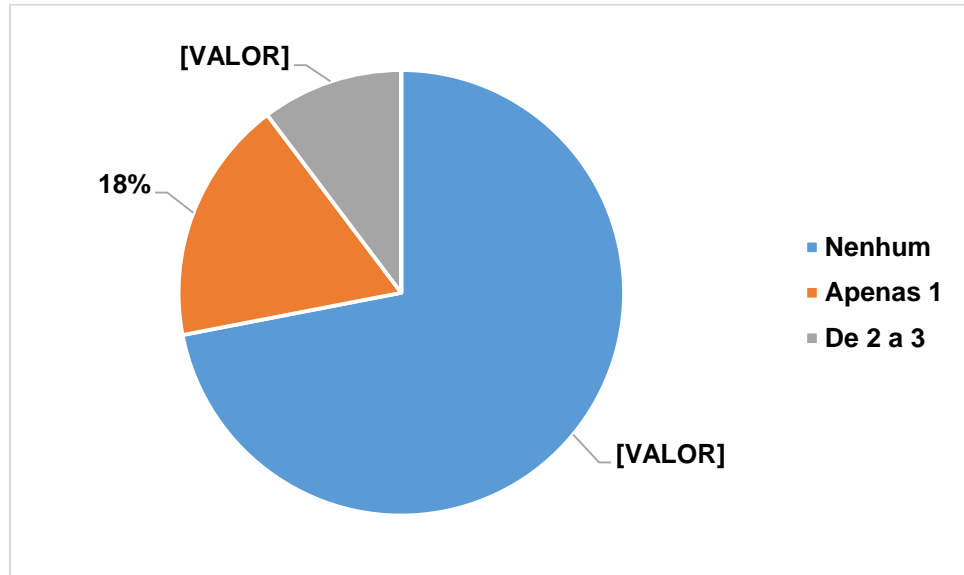
Gráfico 3 - Estado civil dos respondentes

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que concerne a quantidade de filhos, 72% dos servidores responderam não possuir filhos, 18% possuem apenas um filho e 10%, de dois a três filhos. Não houve resposta para a alternativa “mais de três filhos“. O gráfico 4 demonstra essa

relação.

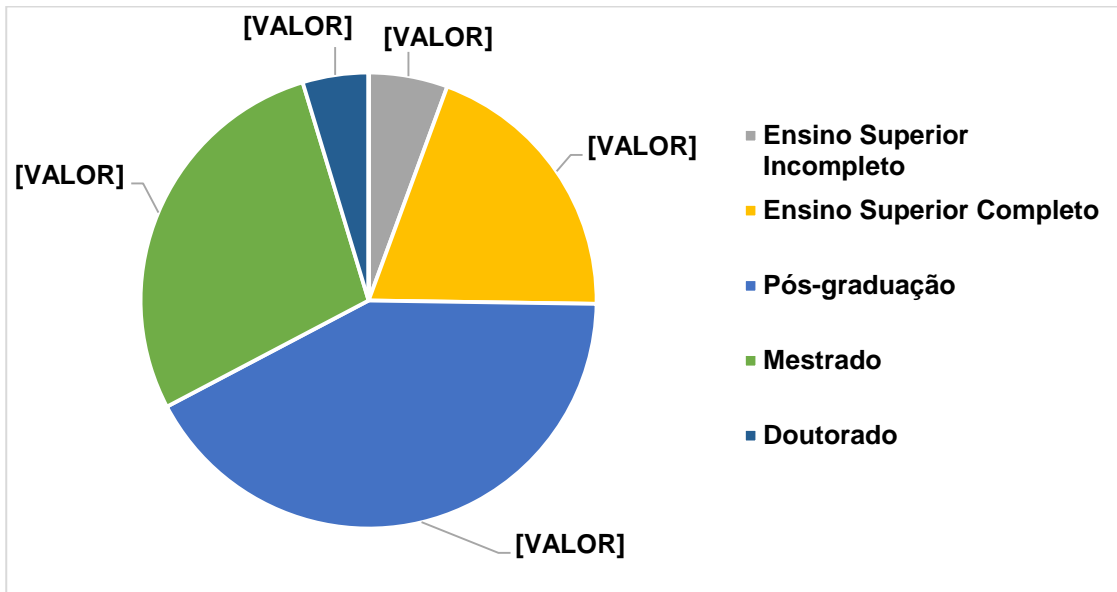
Gráfico 4 - Quantidade de filhos dos servidores



Fonte: Elaborado pelo autor.

O nível de escolaridade apresentada foi bem diversificada, vide gráfico 5. Servidores com pós-graduação representam 42,1% da amostra; 28% possuem mestrado; 19,6%, ensino superior completo; 5,6% nível superior incompleto; e, por fim, 4,7% possuem titularidade de doutor. Embora essa informação não signifique que os servidores possuem uma boa educação financeira, pode-se inferir que os mesmos possuem um bom nível intelectual e de discernimento, uma vez que nenhum respondeu possuir apenas ensinos fundamental ou médio, em contrapartida de uma minoria (5,6%) possuir nível superior incompleto.

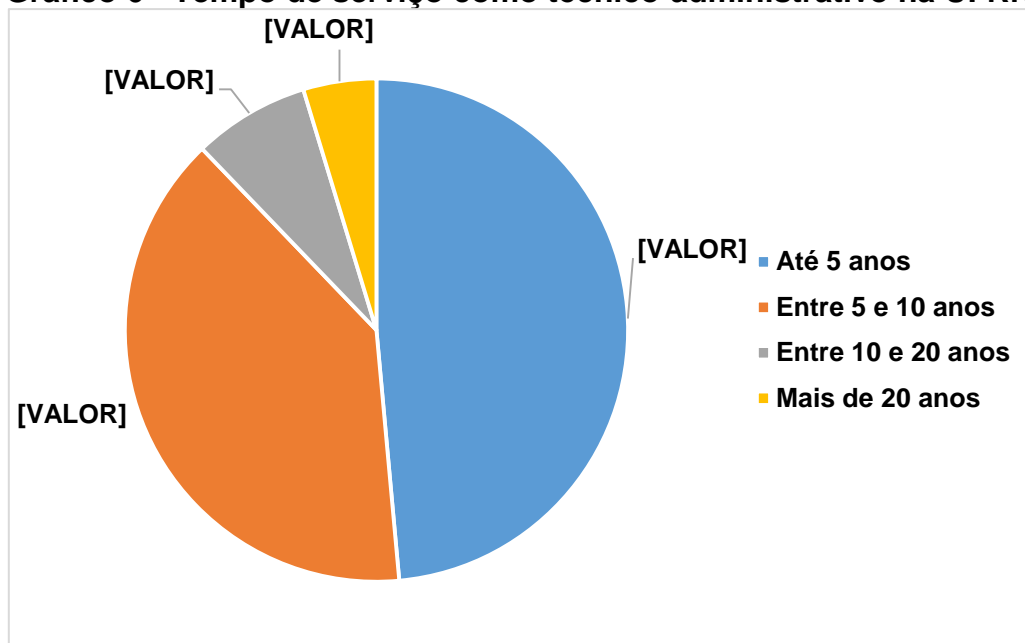
Gráfico 5 - Nível de escolaridade dos servidores



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, a amostra demonstrou que a maioria dos técnico-administrativos dessa universidade são, em sua maioria, servidores novatos (e jovens, de acordo com a faixa etária). Nesse sentido, 48,6% desses servidores possuem menos de 5 anos de serviço público no cargo atual; 39,3% possuem de 5 a 10 anos; 7,5%, de 10 a 20 anos; e apenas 4,7% são servidores há mais de 20 anos. O gráfico 6 explana essa proporção.

Gráfico 6 - Tempo de serviço como técnico-administrativo na UFRN



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em resumo, a amostra é composta principalmente por servidores do sexo

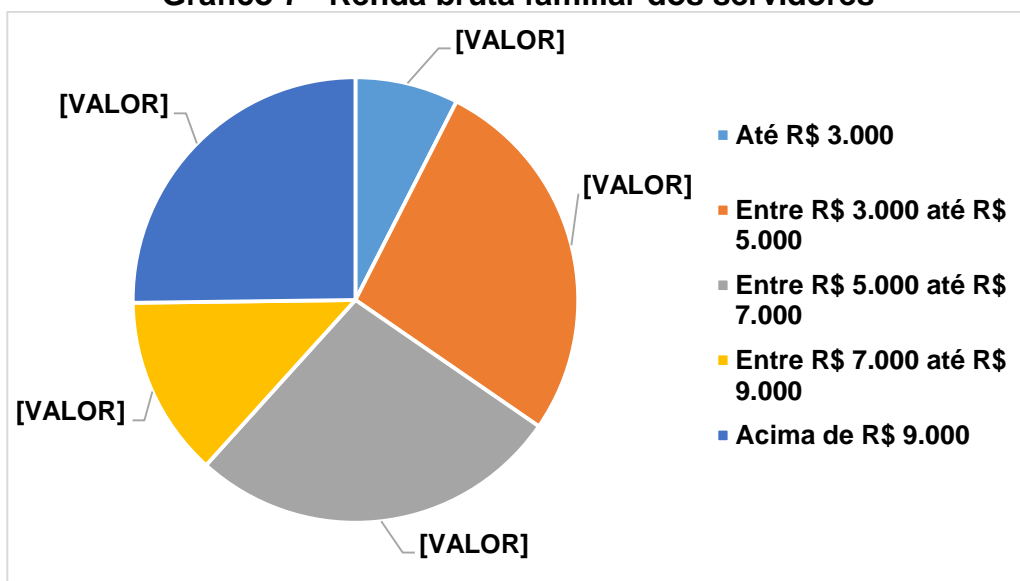
feminino, solteiros, sem filhos, cuja faixa etária é de 31 a 40 anos de idade, possuidores de pós-graduação e tempo de serviço de até cinco anos.

4.2 Aspectos financeiros dos respondentes

Nessa seção serão demonstradas as informações obtidas na segunda parte do questionário: aspectos financeiros.

Relativamente à renda bruta familiar dos respondentes, tem-se que 27,1% recebem entre R\$ 3.000 até R\$ 5.000 mensais; que 27,1%, entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000; 25,2% possuem remuneração bruta familiar acima de R\$ 9.000; 13,1% percebem entre R\$ 7.000 até R\$ 9.000 mensalmente; e, enfim, apenas 7,5% têm renda bruta de até R\$ 3.000. O gráfico 7 demonstra essa distribuição.

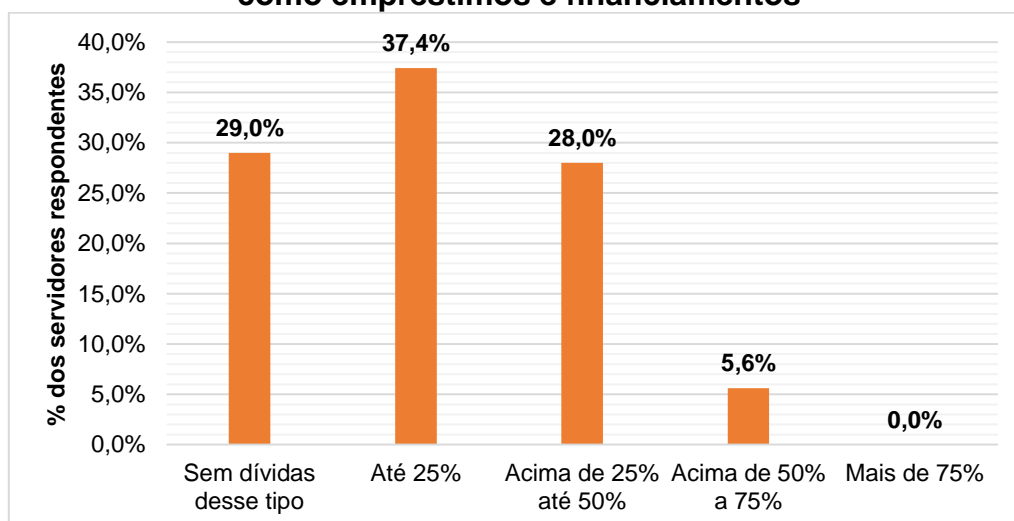
Gráfico 7 - Renda bruta familiar dos servidores



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando perguntado quanto da renda é comprometida com produtos financeiros, a exemplo de empréstimos consignados e pessoais e de financiamentos de imóveis ou automóveis (carro ou moto), 37,4% responderam que comprometem até 25% da renda, 29% não possuem dívidas decorrentes desse tipo de crédito, 28% gasta entre 25% e 50% com um ou mais desses serviços financeiros; apenas 5,6% comprometem entre 50% a 75% da sua renda com financiamentos ou empréstimos e não houve resposta para os que tem mais de 75% de serviços financeiros. A seguir, o gráfico 8 com a demonstração desse resultado.

Gráfico 8 -Comprometimento da renda bruta familiar com serviços financeiros como empréstimos e financiamentos



Fonte: Elaborado pelo autor.

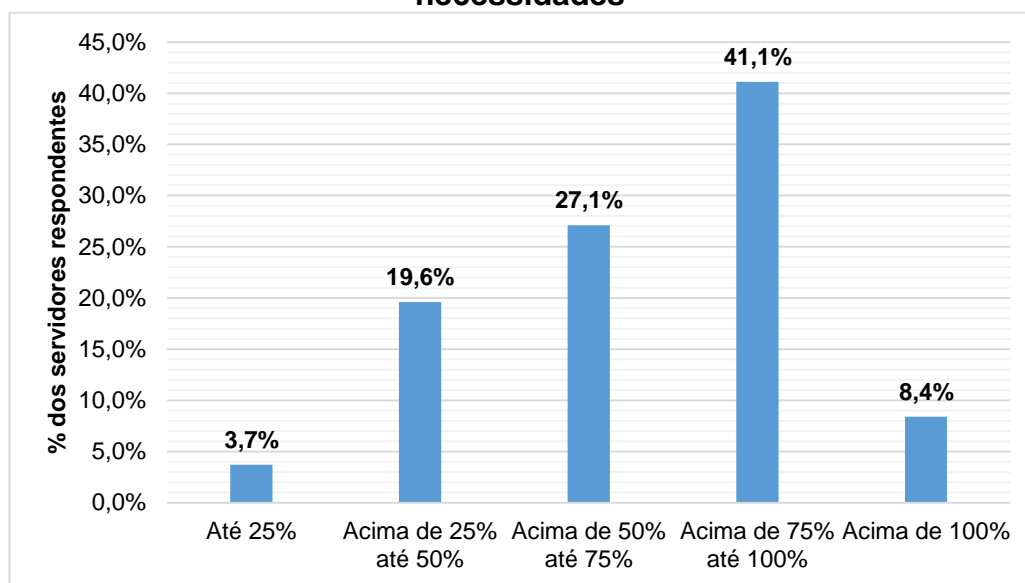
Em complemento à questão anterior, foi perguntado quanto é o consumo da renda mensal para atender todas as necessidades. Nesse quesito tem-se as seguintes proporções: 41,1% da amostra respondeu que gastam acima de 75% até 100% da renda; 27,1% utilizam acima de 50% até 75%; 19,6% usam acima de 25% até 50%; 8,4% gastam mais de 100%; e somente 3,7% gastam até 25% da renda.

Nota-se, portanto, que pouco mais da metade da amostra é capaz de fazer poupança ou aplicações, as quais poderão ajudá-los a não se submeterem ao sobreendividamento ou multiendividamento em caso de emergências ou condições adversas que podem acontecer. Contudo, 49,5% dos respondentes podem estar

correndo o risco de se endividar ou de já estarem endividados.

Porém, somente adiante, por meio da utilização da **tabela 1**, essas informações serão combinadas com a frequência em que as contas mensais ultrapassam a renda para definir o grau de endividamento desses servidores. Por hora, o gráfico 9 demonstra a síntese da questão:

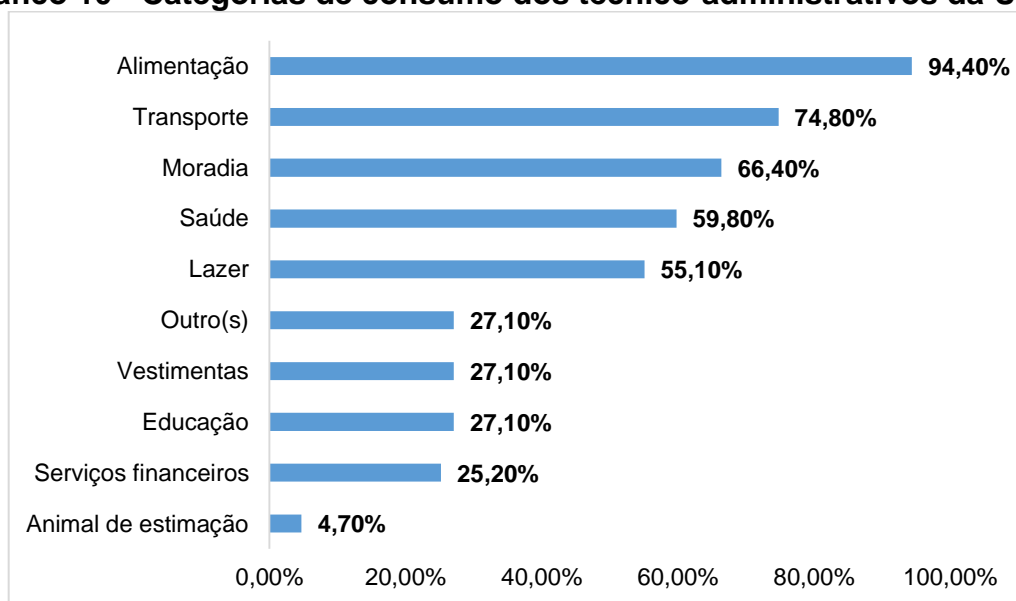
Gráfico 9 - % da renda bruta é utilizada para atendimento de todas as necessidades



Fonte: Claudino, Nunes e Silva (2009)

Quanto as categorias que demandam a maior parte da renda dos servidores, as cinco mais respondidas foram alimentação (94,4%), transporte (74,8%), moradia (66,4%), saúde (59,8%) e lazer (55,1%). Os serviços financeiros (25,2%) aparecem somente em nono lugar (conforme o gráfico 10).

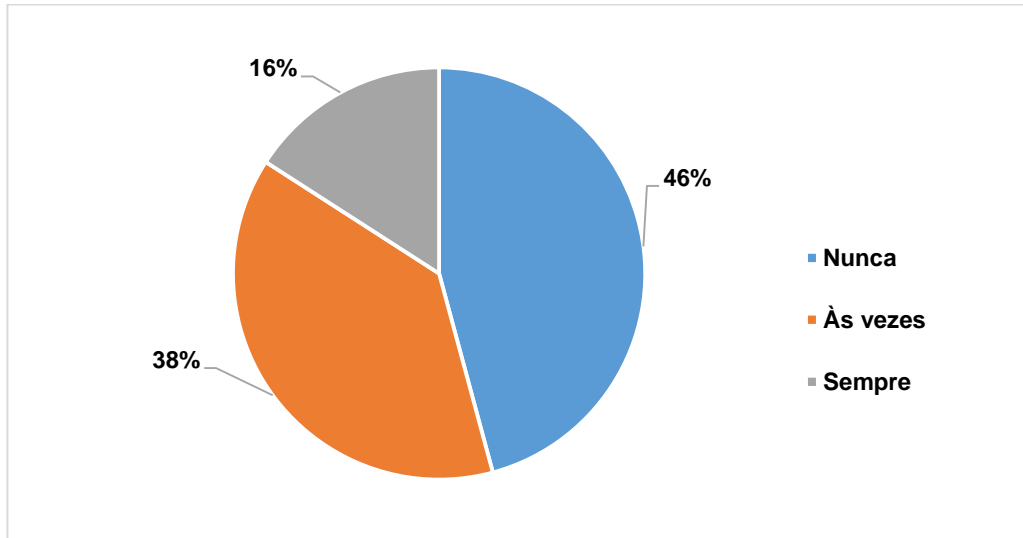
Relacionando essa informação com o comprometimento salarial com empréstimos ou financiamentos – gráfico 8 -, denota-se que, apesar da oferta de crédito ser facilitada aos servidores públicos, os serviços financeiros não são produtos muito utilizados pelos técnico-administrativos da UFRN.

Gráfico 10 - Categorias de consumo dos técnico-administrativos da UFRN

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2017).

No que tange a frequência em que os gastos mensais excedem a renda – vide gráfico 11 –, 45,8% responderam que nunca excedem; 38,3%, às vezes excedem – sendo este um indicador de risco de endividamento e sobreendividamento; e 15,9% relatam que sempre extrapolam a renda com as necessidades mensais.

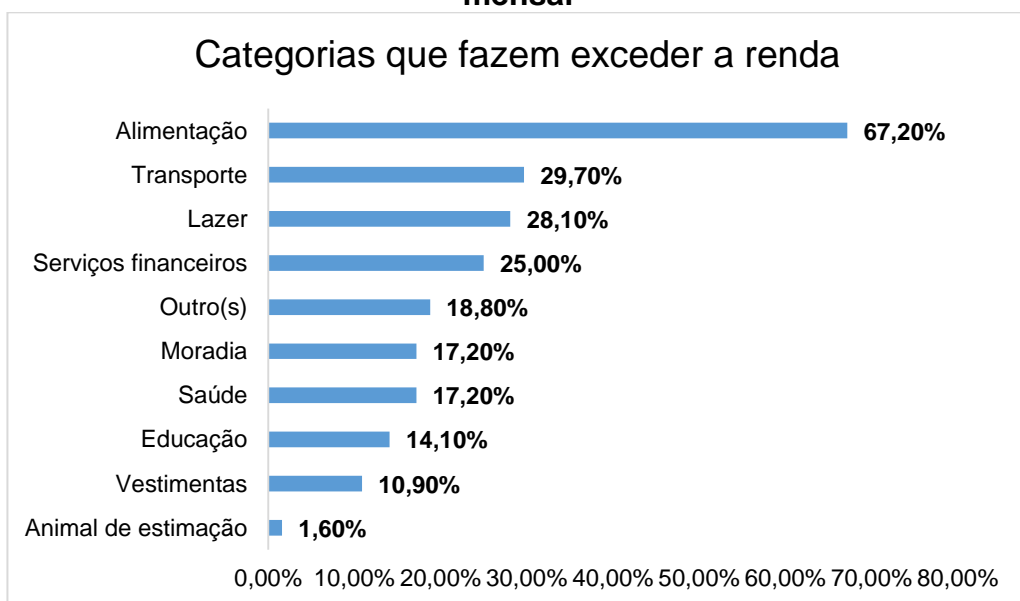
Gráfico 11 - Frequência com que os gastos mensais excedem a renda mensal



Fonte: Claudino, Nunes e Silva (2009)

Para os servidores que responderam “às vezes” e “sempre” para a frequência com que os gastos mensais excedem a renda, quando perguntado com quais tipos de necessidades os fazem extrapolar a renda, as cinco categorias mais escolhidas foram alimentação (67,2%), transporte (29,7%), lazer (28,1%), serviços financeiros (25%), e outros tipos de categorias (18,8%). O gráfico 12 traz a classificação das categorias que mais corroboram para extrapolação da renda (do maior para o menor).

Gráfico 12 - Categorias que fazem com que os servidores excedam sua renda mensal

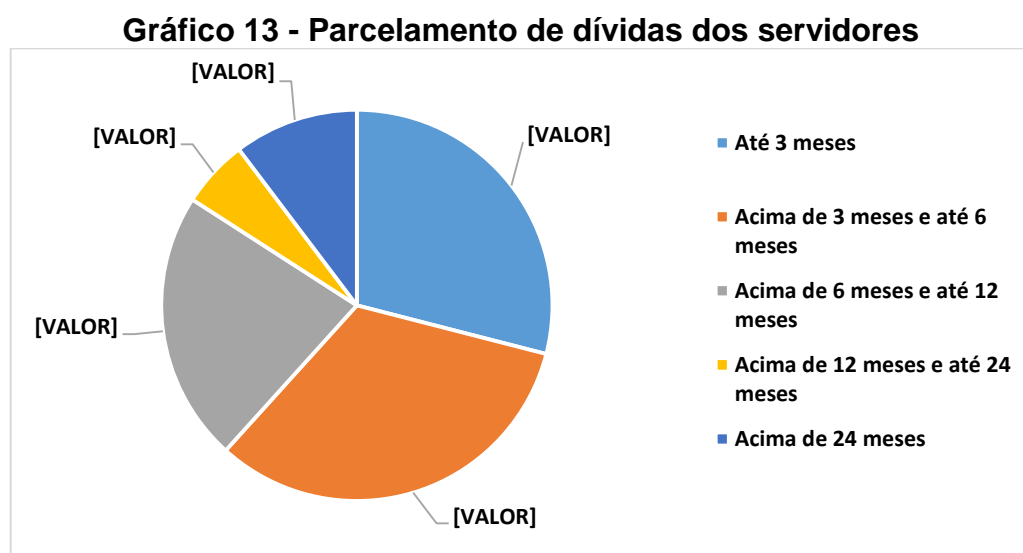


Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2017).

Comparando-se os gráficos 10 com o 12, observa-se que os serviços financeiros (empréstimos/financiamentos) subiram de nono lugar para o quarto, e que eles representam 25% dos servidores que responderam que “às vezes” ou “sempre” gastam mais do que ganham. Diante desse dado, pode-se afirmar que a contratação de empréstimos e financiamentos poderá estar comprometendo consideravelmente as finanças desses servidores e que é possível que isto possa contribuir para o endividamento ou sobreendividamento destes.

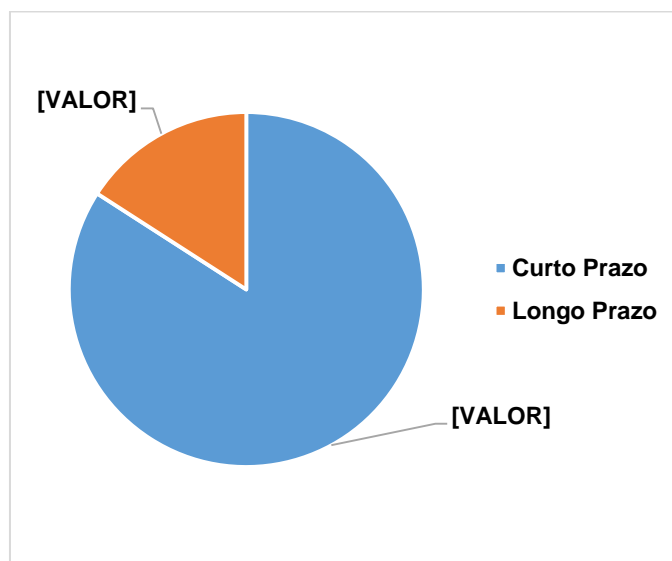
Quanto ao tempo médio de comprometimento com dívidas parcelas, 32,7% dividem suas contas entre três e seis meses, 29% em até três meses, 22,4% parcelam entre seis e doze meses, 5,6% dividem entre doze e vinte e quatro meses, e, por fim, 10,3% dizem parcelar acima de vinte e quatro meses.

Utilizando-se o conceito contábil de curto e longo prazos – que de acordo com o item 72 do CPC 26, Apresentação das Demonstrações Contábeis, as obrigações serão de curto prazo quando seu pagamento estiver previsto para os próximos dozes meses, observa-se que 84,1% dos servidores realizam dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, 15,9% constituem dívidas de longo prazo (após doze meses). O gráfico 13 demonstra as parcelas de dívidas e o 14, a proporção entre curto e longo prazo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 14 - Prazos das obrigações



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, referente ao refinanciamento de dívidas, 76,6% dos servidores responderam que nunca refinanciaram, enquanto que 21,5% informaram que às vezes refinanciam e apenas 1,9% dos respondentes sempre refinanciam.

4.3 Determinação dos principais produtos financeiros utilizados

Os créditos mais utilizados pelo técnico-administrativos são cartão de crédito e financiamento de imóveis. Além disso, verifica-se uma utilização média do crédito consignado, financiamento de carro ou moto, e uma baixa utilização de cheque pré-datado, do cheque especial e carnês de lojas. O tabela 3, a seguir, demonstra a frequência da utilização dessas e outras modalidades de créditos.

Tabela 3 - Frequência da utilização de produtos financeiros

Produto / Frequência	Nunca	Às vezes	Sempre
Cartão de crédito	6,5%	31,8%	61,7%
Cheque especial	74,8%	15%	10,3%
Cheque pré-datado	97,2%	1,9%	0,9%
Crédito consignado	63,6%	30,8%	5,6%
Crédito pessoal	86,9%	13,1%	0%
Carnês de lojas	92,5%	7,5%	0%
Financiamento de carro/moto	55,1%	30,8%	14%
Financiamento de imóvel	43,9%	27,1%	29%

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4 Grau de endividamento

Para definir o grau de endividamento dessa categoria de servidores foi utilizada a tabela 1 - indicadores de endividamento – da metodologia. A tabela 4 abaixo demonstra a distribuição dos servidores entrevistados por nível de endividamento.

Tabela 4 - Distribuição dos servidores por nível de endividamento

Categoria	Nº de servidores	% de servidores
Sem dívida	0	0,0%
Pouco endividado	22	20,6%
Com risco de sobreendividamento	30	28,0%
Sobreendividamento	55	51,4%
TOTAL	107	100,0%

Fonte: Claudino, Nunes e Silva (2009).

Além disso, também foi analisado se geralmente eles possuem dívidas de curto e longo prazos. Nesse sentido, foi constatado que 84,1% dos servidores possuem dívidas de curto prazo e somente 15,9% de longo prazo, conforme apresentado no gráfico 14.

Ao analisar a razão entre as dívidas e a renda, constatou-se que a maioria entrevistados (51,4%) estão sobreendividados, denotando uma situação crítica desses servidores.

Dos sobreendividados, 41,1% admitem necessitar consumir acima de 75% até 100% da sua renda para atender todas as suas necessidades, sendo que as categorias mais utilizadas são a alimentação (97,7%), a moradia (72,7%) e a saúde (68,2%), e a frequência com que os gastos mensais excedem a renda, 59,1% responderam às vezes, 31,8%, nunca e 9,1% afirmaram sempre. Quanto aos motivos pelos quais eles excedem a renda, os três mais escolhidos foram alimentação (70%), transporte (33,3%) e lazer (30%). Ademais, 8,4% afirmam que normalmente gastam mais de 100% da renda e com as frequências de sempre

(88,9%) e às vezes (11,1%).

4.5 Relações do grau de endividamento com aspectos pessoais e financeiros

4.5.1 Grau de escolaridade

De acordo com Claudino, Nunes e Silva (2009), a escolaridade também é um fator de influência na gestão do dinheiro e do endividamento. Nesse sentido, convém realizar a relação dos indicadores de endividamento com o nível de escolaridade dos entrevistados. Diante disso, tem-se a tabela 5 demonstrando a distribuição dos indicadores de endividamento por escolaridade.

Tabela 5 - Distribuição dos indicadores de endividamento por nível de escolaridade

Endividamento / Escolaridade	Sem dívida		Pouco endividado		Com risco de sobreendivida- mento		Sobreendivida- mento	
	quanti- dade	%	quanti- dade	%	quanti- dade	%	quanti- dade	%
Ensino Fundamental	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ensino Médio	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ensino Superior Incompleto	0	0,0%	1	0,9%	3	2,8%	2	1,9%
Ensino Superior Completo	0	0,0%	4	3,7%	8	7,5%	9	8,4%
Pós-graduação	0	0,0%	12	11,2%	12	11,2%	21	19,6%
Mestrado	0	0,0%	5	4,7%	5	4,7%	20	18,7%
Doutorado	0	0,0%	0	0,0%	2	1,9%	3	2,8%
Pós-doutorado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total / categoria	0	0,0%	22	20,6%	30	28,0%	55	51,4%
Total da amostra	107	100,0%						

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com a tabela apresentada, quanto maior o nível de escolaridade, maior será a propensão ao endividamento, pois, de acordo com os dados obtidos, 38,3% da amostra estão sobreendividados e são possuidores de pós-graduação ou mestrado. Além disso, dos servidores com os mesmos títulos acima, 15,9% apresentou risco de sobreendividamento. Diante disso é possível afirmar que a propensão de endividamento está relacionada ao maior nível de conhecimento e estudos.

4.5.2 Renda bruta familiar

Estudo anterior realizado por Claudino, Nunes e Silva (2009), demonstrou que o nível de endividamento é inversamente proporcional à renda. Entretanto, o resultado desta pesquisa ocorreu em sentido contrário: foi verificado que quanto maior a remuneração, maior o indicador de endividamento. A seguir, a tabela 6 explana o indicador de endividamento pela renda bruta familiar.

Tabela 6 - Distribuição do indicador de endividamento por renda bruta familiar

Endividamento / Renda Bruta	Sem dívida		Pouco endividado		Com risco de sobreendividamento		Sobreendividamento	
	quantidade	%	quantidade	%	quantidade	%	quantidade	%
Até R\$ 3.000	0	0,0%	5	4,7%	2	1,9%	1	0,9%
Entre R\$ 3.000 até R\$ 5.000	0	0,0%	5	4,7%	9	8,4%	15	14,0%
Entre R\$ 5.000 até R\$ 7.000	0	0,0%	8	7,5%	9	8,4%	12	11,2%
Entre R\$ 7.000 até R\$ 9.000	0	0,0%	1	0,9%	2	1,9%	11	10,3%
Acima de R\$ 9.000	0	0,0%	3	2,8%	8	7,5%	16	15,0%
Total / categoria	0	0,0%	22	20,6%	30	28,0%	55	51,4%
Total da amostra	107	100,0%						

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Das informações acima, pode-se inferir que os servidores que recebem até R\$ 3.000 mensais são os que estão menos propensos a se endividarem. Em contrapartida, percebe-se uma maior propensão ao sobreendividamento dos servidores cujas rendas sejam entre R\$ 7.000 a R\$ 9.000 e acima de R\$ 9.000, pois

foram os que apresentaram as maiores diferenças entre o indicador pouco endividado para sobreendividamento.

Quanto aos servidores que recebem entre R\$ 3.000 a R\$ 5.000 reais, verifica-se uma tendência de endividamento, uma vez que a quantidade entre os poucos endividados até os sobreendividados é crescente. Relativamente aos que são remunerados entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000, observa-se há um patamar médio de endividamento, onde é possível encontrar quase um terço dos servidores pouco endividados, outro terço em risco de sobreendividamento (ou endividados) e o restante, sobreendividados.

4.5.3 Sobreendividados e a utilização dos produtos financeiros

A fim de investigar os principais produtos financeiros que podem ter levado os servidores ao sobreendividamento, a tabela 7 abaixo explana a frequência do uso das modalidades de crédito pela frequência do seu uso.

Tabela 7 - Frequência do uso de produtos financeiros dos servidores sobreendividados

Produto / Frequência	Nunca	Às vezes	Sempre
Cartão de crédito	0	13	42
Cheque especial	38	9	8
Cheque pré-datado	53	2	0
Crédito consignado	29	21	5
Crédito pessoal	42	8	0
Carnês de lojas	52	3	0
Financiamento de carro/moto	24	19	12
Financiamento de imóvel	21	13	21

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Diante dessa tabela, é possível deduzir que o cartão de crédito pode ser um dos maiores violões dos sobreendividados, uma vez que 42 servidores nessa situação responderam que sempre o utilizam e 13, às vezes utilizam. A seguir, o crédito consignado também se destaca pela frequência de uso. Neste caso, 21

servidores alegam às vezes utilizar esse crédito, que pode comprometer em até 35% da renda mensal bruta, e 5 dizem sempre utilizá-lo.

Além disso, as modalidades de financiamentos como carro ou moto e imóveis também aparecem com grande relevância, pois mais da metade dos sobreendividados apresentaram frequências de uso como às vezes e sempre. Percebe-se, portanto, que o sobreendividamento pode estar relacionado com a aquisição de bens móveis e imóveis ou pela constituição de dívidas devido à má administração financeira ou problema de saúde. Vale ressaltar que as principais categorias de consumo utilizadas pelos respondentes foram alimentação, moradia e saúde.

Não obstante, os cheques pré-datados e especial, crédito pessoal e carnês de lojas são os menos utilizados, com quase unanimidade na frequência “nunca” de uso.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho tem como objetivo determinar o grau de endividamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte através de 107 respostas enviadas por um questionário *online*. Como resultado, foi obtido que 51,4% desses servidores encontram-se sobreendividados, segundo o indicador de endividamento utilizado na proposta metodológica desta pesquisa.

Dos 55 servidores sobreendividados, 41,1% admitem consumir acima de 75% até 100% da sua renda para atender todas as suas necessidades. Numa relação de escolha livre, as categorias de consumo mais selecionadas foram a alimentação (97,7%), a moradia (72,7%) e a saúde (68,2%). Quando comparado este dado com os tipos de créditos utilizados pelos sobreendividados, verificou-se que a maioria tem contrato de financiamento de imóvel (61,8%), de financiamento de automóvel (56,7%) e também contrataram empréstimo consignado (47,3%). A forma de uso ou o motivo da contratação dessa última linha de crédito não foi investigada, sendo, portanto, um dos fatores limitantes desta pesquisa, uma vez que o empréstimo poderia ter sido utilizado para diversas categorias de consumo, principalmente a saúde, a terceira categoria mais escolhida.

No que cerne o nível de escolaridade, foi constatado que quanto maior o título dos servidores, mais endividados eles se encontravam. Infere-se este fato quando percebido que 45 dos 107 respondentes são pós-graduados e 26,6% deles estão endividados (com risco de sobreendividamento) e 46,7%, sobreendividados. Quando comparado ao total da amostra, verificou-se que os mesmos representam 11,2% e 19,6% para endividados e sobreendividados, respectivamente. Ainda sobre o nível de escolaridade, destaca-se que 66,7% dos que possuem mestrado estão sobreendividados e estes representam 18,7% da amostra.

Quanto ao indicador de endividamento comparado com a renda, foi constatado que os servidores que possuem renda familiar entre R\$ 7.000 até R\$ 9.000 estão mais propensos ao endividamento, pois 78,5% dos servidores com esta renda estão sobreendividados. Referente ao total da amostra, estes representam 15%. Ademais, uma situação crítica detectada foi que 28% da amostra total estão com risco de sobreendividamento, ou seja, estão endividados. Tal informação pode indicar que o nível de educação financeira dos técnico-administrativos da UFRN é baixo.

Diante desses resultados, uma opção da referida universidade é oferecer cursos na área de finanças pessoais aos seus servidores, visando contribuir para a exercício da educação e do planejamento financeiro. Isso poderá evitar problemas no futuro atinente à qualidade dos serviços prestados, a motivação com o trabalho, o bem-estar social e à qualidade de vida dos seus funcionários.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o público pesquisado para os docentes da UFRN a fim de realizar uma análise comparativa com os técnico-administrativos, ou ainda comparar esta pesquisa com outras universidades ou até mesmo com outros órgãos públicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Notlin de Araújo. **Endividamento e sobre-endividamento do servidor público do Poder Executivo do estado do Ceará**. 2012. 55 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em:<
http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6426/1/2012_dissert_naalmeida.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em:<
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147460/000994517.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <
https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017.

BICKMAN, Leonard; ROG, Debra J. (Ed.). **Handbook of applied social research methods**. Thousand Oaks: Sage, 1997. 580p.

BRASIL. Lei 10.820, de 13 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 dez. 2003. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.820.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL. Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jan. 2005. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL. Lei 13.172, de 21 de outubro de 2015. Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 out. 2015. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13172.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL. Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1991. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRUSKY, Bonnie; MAGALHÃES, Reginaldo Sales. Assessing indebtedness: results from a pilot survey among steelworkers in São Paulo. **International Labour Office**, Geneva, n. 46, 2007. Disponível em:<http://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/WCMS_117961/lang--en/index.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, 12., São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, v. 12, 2009. Disponível em:<<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 26 (R1)**: apresentação das demonstrações contábeis. Brasília: CPC, 2011. Disponível em:<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - janeiro 2017**. [S.l.]: CNC, 2017. Disponível em:<<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--26>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar o seu dinheiro**. São Paulo: Thomson, 2006.

FLORES, Silvia Amelia Mendonca; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Propensão ao endividamento e percepção de risco: o caso dos servidores públicos da UFSM. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32., Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves: ENEGEP, 2012.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. **Percepção de risco e propensão ao endividamento: uma análise dos servidores públicos da UFSM**. Revista do CCEI, v.18, n. 33, p. 140-153, 2014. Disponível em:<http://revista.urcamp.tche.br/index.php/Revista_CCEI/article/view/67/pdf_40>. Acesso em: 09 nov. 2017.

GUIMARÃES, Sinara; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; MIRANDA, Ingrid de Andrade. Propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores federais: um estudo na Universidade Federal de Viçosa: campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, n.12, p. 24-49, jul./dez. 2015.

LIZOTE, Suzete Antonieta; SIMAS, Jaqueline de; LANAS, Jeferson. Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., Resende. **Anais...** Resende: SEGeT, 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10216156.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. Disponível em: <www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/...maria/.../MMLM.pdf?...>. Acesso em: 9 nov. 2017.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobreendividamento das famílias**: conceitos e estatísticas para sua avaliação. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, fev. 2002. Disponível em: <oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

PINSONNEAULT, Alain; KRAEMER, Kenneth. Survey research methodology in management information systems: an assessment. **Journal of management information systems**, v. 10, n. 2, p. 75-105, 1993.

RODRIGUES, Luana Sawa Yamasake. **Comportamento financeiro dos estudantes de graduação**: uma comparação entre os cursos de ciências contábeis e engenharia civil da UTFPR: câmpus Pato Branco. 2013. 67 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2322/1/PB_COCTB_2013_2_16.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. Metodología de la investigación. México: McGraw-Hill, 2010.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS. **Relatórios Estatísticos**. Natal: UFRN, 2017. Disponível em: <https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/abas/menu_relatorios_estatisticos.jsf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público**: uma análise econômica da situação na UnB. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18670/1/2015_Dinuar%C3%ADdaRochaSouza.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

VIEIRA, Kelmara Mendes et al. Níveis de materialismo e endividamento: uma análise de fatores socioeconômicos na mesorregião central do estado no Rio Grande Do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 5, n. 2, 2014.

APÊNDICE A – Roteiro para coleta de dados

Este questionário será utilizado para elaboração do TCC do discente Diego Hugo Dantas Cavalcante - formando do curso de Ciências Contábeis -, orientado pela Prof. Dra. Adriana Backes Steppan, cujo tema será "Investigação sobre o grau de endividamento dos técnicos-administrativos da UFRN."

Na primeira seção serão solicitados alguns dados pessoais. Na segunda, dados financeiros.

Não há necessidade de identificação.

Dados pessoais:

1) Sexo:

Feminino Masculino

2) Idade:

De 18 a 30 anos De 31 a 40 anos De 41 a 50 anos
 Acima de 50 anos

3) Estado Civil:

Solteiro(a) Casado(a)/União Estável
 Viúvo(a) Separado(a)
 Outro

4) Tem filho(s)?

Nenhum Apenas 1 de 2 a 3 mais de
3

5) Nível de escolaridade:

Ensino Fundamental Ensino Médio
 Superior Incompleto Superior Completo
 Pós-graduado Mestrado

Doutorado Pós-doutorado

6) Há quantos anos é servidor da UFRN?

Até 5 anos Entre 5 e 10 anos Entre 10 e 20 anos
 Mais de 20 anos.

Aspectos financeiros:

7) Renda bruta familiar:

até R\$ 3.000
 Entre R\$ 3.000 a R\$ 5.000
 Entre R\$ 5.000 a R\$ 7.000
 Entre R\$ 7.000 a R\$ 9.000
 Acima de R\$ 9.000

8) Qual o seu grau de endividamento com produtos financeiros como empréstimos pessoal e/ou consignado, financiamentos de imóveis e/ou automóveis, etc. em relação a sua renda?

Sem dívidas deste tipo.
 até 25% Entre 25% e 50%
 Entre 50% e 75% mais de 75%

9) Normalmente quantos % da sua renda você gasta por mês para atender todas as suas necessidades?

Até 25% Acima de 25% até 50%
 Acima de 50% até 75% Acima de 75% até 100%
 Acima de 100%

10) Escolha até cinco categorias com as quais você mais gasta seu salário.

Alimentação Moradia Educação
 Animal de Estimação Saúde Transporte
 Lazer Vestimentas Serviços Financeiros
 Outro(s)

11) Com qual frequência os seus gastos mensais excedem sua renda?

Nunca Às vezes Sempre

12) Responder se a pergunta 10 for às vezes ou sempre:

Com qual(is) categoria(s) abaixo você estoura seus gastos mensais?

Alimentação Moradia Educação
 Animal de Estimação Saúde Transporte
 Lazer Vestimentas Serviços Financeiros
 Outro(s)

13) Geralmente qual é o seu tempo de comprometimento com dívidas parceladas?

Até 3 meses Até 6 meses Até 1 ano
 Até 3 anos Mais de 3 anos

14) Você tem o hábito de refinanciar dívidas?

Nunca Às vezes Sempre

15) Suas maiores dívidas serão quitadas dentro de quanto tempo?

Não tenho dívidas parceladas. em até 3 meses
 entre 3 e 6 meses entre 6 meses a 1 ano
 entre 1 e 3 anos acima de 3 anos

16) Considerando-se a escala de 1 a 3 abaixo, com qual frequência você utiliza as modalidades de crédito abaixo?

1 – Nunca 2-Às vezes 3-Sempre

Cartão de crédito.	1	2	3
Cheque especial.	1	2	3
Cheque pré-datado.	1	2	3
Crédito consignado.	1	2	3
Crédito pessoal.	1	2	3

Carnês.	1	2	3
Financiamento de carro/moto.	1	2	3
Financiamento de imóveis.	1	2	3

Obrigado pela sua colaboração!